

A PRIMEIRA VITÓRIA

CELSO DE MAGALHÃES

Técnico de Administração

HÁ, na guerra, dois tipos de vitória: a que se consegue na linha de frente, com o entrechoque das armas, e a que se consegue na retaguarda das tropas, com o preparo da campanha.

A vitória das linhas de frente, aquela que é ganha pelas armas, é espetacular, cheia de lances heróicos, própria para empolgar almas e corações. A que se consegue na retaguarda é silenciosa, modesta, mas tão eficaz que, sem ela, a outra não se verificaria.

A guerra do *front* pertence aos militares, a da retaguarda, aos civis dos serviços públicos.

Para nós, ainda não principiou a luta da primeira linha; mas já começou a luta da retaguarda, que precede àquela, como sua preliminar necessária e insubstituível.

E nessa luta da retaguarda, já conquistou o funcionalismo civil uma grande vitória.

Com efeito, guerra não se faz sem dinheiro e dinheiro não cai do céu. O primeiro cuidado pois de uma administração dirigente de campanhas militares é angariar recursos para a concentração de tropas e materiais nas zonas estratégicas.

Mas não é fácil arranjar dinheiro, ainda mesmo em se tratando do Governo. E' preciso que o dinheiro novo não provoque a evasão do velho, isto é, que a nova renda prevista não faça diminuir a arrecadação anterior para atender necessidades normais.

Se houver um excesso de sobrecarga, ainda que patriotismo não falte ao povo, jamais poderá ele corresponder à expectativa dos novos tributos, e o dinheiro não aparecerá.

Mesmo sem excesso nos encargos novos, a sabedoria, a justiça da imposição influem nos resultados, pois o aspecto moral, dentro das finanças públicas, é de muito maior efeito que em outro qualquer setor: quando o povo paga constrangido, de um lado, deixa de o fazer de outro, provocando evasões...

Há, então, dois fatores a atender na procura de recursos para conduzir a campanha: o lado financeiro e o lado moral.

Em verdade, só existe um, pois se bem que a Ciência das Finanças seja a ciência dos dinheiros públicos, suas leis e princípios dizem tão de perto com a moral e a psicologia que é impossível separar uma das outras. Todo problema de finanças contem dentro de si parâmetros que dependem da constituição mental do contribuinte ou prestamista, e sem cujo conhecimento impossível se torna a fixação de rumos certos. Quem se esquecer disto fracassará na gestão do tesouro do Estado.

Pois bem, financeiramente falando, o Governo estimou em três milhões de contos de réis (3 bilhões de cruzeiros) suas necessidades na primeira fase da guerra atual. Como os conseguir? Por aumento de impostos? Talvez. Mas era isto aconselhável? Surge aqui o lado psicológico: entendeu o Governo que não. E, por assim o entender, procurou outro meio mais adequado, resolvendo emitir títulos de Obrigações de Guerra para serem adquiridos por:

- a) todos os que pagam imposto de renda, em quantia igual ao imposto pago;
- b) todos os servidores do Estado, à razão de 3 % do que percebem;
- c) todos os inscritos nos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, também na quota de 3 % do que ganham de salário;
- d) todos os que espontaneamente quiserem cooperar no esforço de guerra, dentro ou fora do País.

Enquanto esse dinheiro não aparecer — pois ele se irá acumulando lentamente — o Governo emitirá Letras do Tesouro, que os Bancos descontarão. Se acontecer, porém, que os Bancos precisem de dinheiro antes que o Governo os possa in-

denizar, recorrerão à Carteira de Redescontos, que os atenderá. E como a renda das Obrigações de Guerra é absolutamente garantida, logo que o dinheiro delas proveniente começar a ser recebido pelos cofres públicos, as letras redescotadas pelo Banco do Brasil serão resgatadas, desaparecendo da circulação.

Até aqui só se vislumbra a solução de um puro problema de finanças; mas o outro aspecto, o aspecto moral, psicológico, é o mais importante no caso.

Consideremos bem a situação: O Brasil está em guerra e, para vencer, precisa de dinheiro. O Governo, responsável pela política nacional, tem a obrigação de arranjar esse dinheiro, seja de que maneira for, porque, sem esse dinheiro, o Brasil não poderá lutar — o que, a ele, Governo, cumpre impedir que aconteça, por todos os meios, suasórios ou violentos, brandos ou compulsórios.

Ninguém ignora que nossa administração atual se caracteriza por aquilo que, em técnica constitucional, já se convencionou chamar de Executivo Forte; atualmente, pela situação anormal criada com a guerra, essa força do Executivo ainda cresceu mais.

Pois bem; se os técnicos que planejaram o financiamento da luta ora iniciada não estivessem à altura de suas graves responsabilidades, bastaria terem aconselhado o Governo a tomar as seguintes providências:

- a) todos os que pagem imposto de renda, terão de o pagar dobrado;
- b) todos os servidores do Estado sofrerão um desconto de 3 % sobre o que percebem;
- c) todos os inscritos nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, terão de pagar mais 3 % sobre o que ganham.

E se o Governo tivesse procedido assim, para atender às necessidades da guerra, o dinheiro teria aparecido, como vai aparecer, e ninguém se julgaria no direito de reclamar *em voz alta*, pois os que o fizessem incorreriam nas sanções da lei.

Isto seria muito simples e condizente com os conhecimentos de qualquer financista improvisado, que divorciasse as finanças da psicologia e da moral.

Mas os técnicos não entenderam assim, porque de fato eram TÉCNICOS e viram que, procedendo sem reflexão cuidadosa, poderiam criar dificuldades de ordem econômica e financeira em outros setores, o que lhes atrapalharia a execução do plano elaborado.

Que fizeram então? Calcularam as possibilidades da luta, estimaram os recursos nacionais, previram a situação do Brasil no dia da vitória — que há de chegar — e, ponderados como sóem ser os que de fato entendem das coisas, disseram:

“Não há necessidade de tomar ao Povo Brasileiro o que ainda lhe poderá servir para aumentar seu conforto e comodidade futura. Para conduzir esta guerra, a Administração Pública precisa realmente de dinheiro; mas a operosidade, o descortino dessa mesma Administração permitem ao Brasil restituir com juros, a seus filhos, o dinheiro que hoje lhe entregam para a defesa nacional. Assim, não se fará um confisco, uma redução nos vencimentos, salários ou rendas: pedir-se-á apenas um empréstimo, pelo qual ainda se pagarão juros de 6 % ao ano”.

Desta forma, enquanto não tiver o Governo conseguido os três milhões de contos de réis (3 bilhões de cruzeiros), iremos todos comprando Obrigações de Guerra, no valor do imposto de renda pago, ou à custa dos 3 % do que estivermos percebendo como empregado particular ou público. No fim da guerra, porém, esse dinheiro nos será restituído com o acréscimo de 6 % de juros sobre o total entregue ao Governo.

Como se vê, a solução moral e psicológica é o que de melhor se poderia desejar: os brasileiros ajudam a construir o capital necessário à vitória *que lhes dará segurança social e política* e, a despeito desta enorme vantagem, ainda recuperarão, com juros, o capital empatado!...

Resulta desse plano financeiro um mecanismo muito simples e seguro; contudo, é justamente nessa simplicidade que se revela o talento de quem o idealizou.

x x x

Há uma diferença muito grande entre uma obra feita por sabedores e a que é feita por improvisadores ou diletantes. Na primeira, a es-

trutura é simples, e, porisso mesmo, majestosa, impecavel; na segunda, confusa, disforme, fragil.

Quem sabe o que diz, dí-lo em poucas palavras, claras e concisas; quem não entende do que fala, amontoa termos para explicar o que não conhece, na ilusão do avestruz.

Na Administração Pública, a lei reflete a solidez ou a fragilidade do espírito que a concebeu. A lei é um conjunto de relações, um plano a executar no desenvolvimento dos negócios do Estado. Se o plano é mau, a falência é certa, e o inepto que traçou a lei, na presunção da capacidade que não tinha, prejudica o grupo social com os absurdos que imaginou.

Nos serviços públicos ninguem pode entender de tudo; mas há quem acredite nessa possibilidade e pretenda pontificar em todas as coisas, com displicente vaidade ou ignorância.

O maior civismo estaria então na recusa de fazer aquilo que sabidamente outros pudessem fazer melhor. Não deve haver vaidades nos serviços do Estado: se *A* pode fazer obra mais perfeita que *B*, *B* está na obrigação de recusar o trabalho, pedindo que *A* o faça, por ser o mais capaz. Neste caso, o Estado lucra duas coisas: um talento em exercício para o bem de todos — *A*, e uma prova de carater para estímulo coletivo — *B*.

O financiamento da guerra foi planejado por quem devia e sabia fazê-lo; mal de nós se o não fosse. Não nos teem faltado improvisações por carência de civismo bastante para confessar inhabilidades. Oxalá o histórico do momento atual leve *B* a recusar sistematicamente fazer aquilo que *A* souber fazer melhor. E' disto que carecemos: dedicação, renúncia pela Pátria.

x x x

O funcionalismo civil principiou pois muito bem. Indiscutivelmente, no setor das finanças, os generais estão aptos para conseguir vitórias, conduzindo magníficos soldados; praza aos céos que o estejam tambem os dos outros setores da Administração Civil.

Nós estamos vivendo num mundo de místicas: é mística a Democracia, é mística o Totalitarismo, é mística a concepção racial, o *lebensraum*...

Mais do que nunca vive o homem pela lógica dos sentimentos e relega para um plano secundário

a lógica racional. O mundo de hoje é um mundo que vive pela fé e só pela fé poderá sobreviver. O homem precisa ter fé em alguma coisa: Deus, princípio político, raça, super-homem, honestidade e capacidade dos dirigentes, qualquer que seja o elemento, contanto que lhe inspire crença e fé.

O homem vive mais da fé que dos alimentos: "a fé remove montanhas e desloca mares".

A guerra não se ganha só com o canhão que dispara, mas com a fé que o impulsiona. Se o que dispara não tem fé, o canhão pode ser tomado pela fé do outro que o arremete.

O Brasil está na guerra para lutar e não para assistir que outros povos lutem por ele. O soldado que vai à linha de frente, como o funcionário que luta na retaguarda, haurem energias da fé que guardam dentro de si.

O Brasil precisa então daquela fé que arrebatava canhões em disparo, enquanto seus canhões não começarem a disparar com fé. E essa fé não pode ser calculada, medida, encomendada; ela vem sutilmente, pouco a pouco, crescendo à custa de atos de homens e Governo, até avolumar-se em catadupas que esmagam e destroem inimigos.

A política da guerra consiste em fazer brotar e crescer a fé. Os atos da Administração Civil podem conduzir o Brasil à vitória ou à derrota, aumentando ou extinguindo a fé dos que combatem e dos que ajudam a combater.

A nós outros, servidores do Estado, cabe manter o facho sagrado dessa fé que conduz à vitória; não nos esqueçamos disto nos atos funcionais.

O primeiro combate já foi travado e a Administração Civil conseguiu uma esplêndida vitória: provou que, no setor das finanças, sua capacidade é profunda, sua dedicação e civismo, a toda prova. Isto conquistou nossa fé e nos deu exemplo e estímulo para imitações

Que grande bem isso nos fez a todos nós, os que compreendemos: o homem é sempre feliz quando pode crer e esperar. Nada mais doloroso que a destruição da fé!

Já se deu, portanto, a primeira prova de valor; já sabemos que há generais no comando de ótimos soldados, dentro de um vasto e importante setor da Administração Civil.

Tambem os deverá haver em outros. Que o Brasil espere e confie...